

continuação

Demonstrativo da Aplicação dos Recursos:

Categoria ou Finalidade das Despesas: Recursos Federais:	
- Verba destinada a Custeio 2015: (10 aportes).	84.124,80
- Verba destinada a Custeio 2016: (4 aportes).	7.637,08
Ainda não foram aplicados	1.119,32
Nota: Remanesceram recursos no montante de R\$ 1.119,32.	

Termo Aditivo Autoclave: Órgão público conveniente: Ministério da Saúde; Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de Autoclave (Aparelho esterilizador); Origem dos Recursos: Federal no valor de R\$ 159.598,00.**Termo Aditivo Autoclave: Órgão público conveniente: Ministério da Saúde; Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de Autoclave (Aparelho esterilizador); Origem dos Recursos: Federal no valor de R\$ 159.598,00.****Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos:**

Valores repassados (outubro/2012)	159.598,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	159.598,00

Demonstrativo da Aplicação dos Recursos:

Categoria ou Finalidade das Despesas: Recursos Federais:	
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2013:(3 aportes).	3.989,94
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2014:(12 aportes).	15.959,76
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2015:(12 aportes).	15.959,76
- Verba destinada a aquisição de Autoclave 2016:(12 aportes).	15.959,76
Ainda não foram aplicados	107.728,78
Nota: Remanesceram recursos no montante de R\$ 107.728,78. Termo Aditivo 833871/2016: Órgão público conveniente: Ministério da Saúde; Objeto do Termo Aditivo: Aquisição de equipamento e material permanente para unidade de Hematologia e Hemoterapia; Origem dos Recursos: Federal no valor de R\$ 500.000,00.	

Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos:

Valores repassados (dezembro/2016)	500.000,00
Total dos recursos Subvencionados e Próprios	500.000,00

Nota: Remanesceram recursos no montante de R\$ 500.000,00.**27 - Receitas e Despesas Financeiras**

Receitas financeiras	2016	2015
Descontos obtidos	359.779,81	88.358,96
Juros s/ aplicação financeira com restrição	32.119,24	47.277,42
Juros sobre aplicação financeira sem restrição	409,76	7.931,51
Outros juros	17.907,83	43.870,74
Total	410.216,64	187.438,63
Despesas financeiras	2016	2015
Juros sobre empréstimos bancários	1.586.006,19	1.183.768,63
Juros sobre pagamentos em atraso	2.573.436,79	2.399.182,01
Outras despesas financeiras	66.884,66	470.206,80
Total	4.226.327,64	4.053.157,44

28 - Despesas de Localização e Funcionamento**Paola de Gara Geronimi - Provedora****Parecer do Conselho Fiscal**

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, tendo examinado o Balanço Patrimonial, De-

Relatório dos Auditores Independentes

(Valores citados no parecer, expresso em R\$ reais)

A Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena. Opinião 1.

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Em nossa opinião, com base nos nossos exames, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, **apresentam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** 3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis."

Somos independentes em relação a empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** 4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da entidade. Não obstante a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena apresenta déficit operacional em 2016 no valor de R\$ 11.339.334,67, sendo tal montante suficiente para a situação de passivo descoberto. Essas demonstrações não incluem quaisquer ajustes relativos a realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de alguns passivos que seriam requeridos na impossibilidade da entidade em continuar operando. **Responsabilidade**

monstração de Superávit, Mutações do Patrimônio e Fluxo de Caixa, encerrado em 31/12/2016, correspondente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2016, e demais documentos referentes às transações sociais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, acharam tudo em administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

5. A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como nos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **6.** Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgado, quando aplicável os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração tenha preferido liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **7.** Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** **8.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. **9.** Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

vididos em dois grupos, sendo eles: 1) Diretoria Executiva e 2) Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta por 8 membros sendo: a) Provedor; b) Vice-Provedor; c) 1º Secretário; d) 2º Secretário; e) 1º Tesoureiro; f) 2º Tesoureiro; g) 1º Procurador e h) 2º Procurador. E o Conselho Fiscal é composto por 3 Efetivos. A quantidade de horas dos trabalhos voluntários de cada grupo foi mensurada pelo critério de "horas presenciais" na sede da SANTA CASA. Para cada membro, tanto da Diretoria Executiva quanto do Conselho Fiscal foi utilizada uma taxa/hora, estas taxas foram multiplicadas pelo total de horas do ano. No quadro abaixo seguem informações da quantidade de voluntários, taxa/hora e quantidade de horas total por grupo e por membros da mesa administrativa.

Grupos /

Quantidade de Voluntários

Valor /

Total de

Total de

Membros: de Voluntários Hora (R\$) Horas 2015 Horas 2014

Diretoria Executiva:

Provedor 1 22,73 144 144

Vice-Provedor 1 22,73 144 144

1º Secretário 1 18,18 144 144

2º Secretário 1 13,64 144 144

1º Tesoureiro 1 18,18 144 144

2º Tesoureiro 1 13,64 144 144

1º Procurador 1 18,18 144 144

2º Procurador 1 13,64 144 144

Conselho Fiscal

Efetivos 3 13,64 216 216

O saldo da conta em 31 de dezembro está assim composto:

Diretoria Executiva:

Provedor 3.273 3.273

Vice-Provedor 3.273 3.273

1º Secretário 2.618 2.618

2º Secretário 1.964 1.964

1º Tesoureiro 2.618 2.618

2º Tesoureiro 1.964 1.964

1º Procurador 2.618 2.618

2º Procurador 1.964 1.964

Conselho Fiscal

Efetivos 2.944 2.944

Total **23.236** **23.236**

Todos os cálculos pertinentes ao exercício de 2016 foram feitos mediante planilha de controle detalhado adotada a partir de 01/01/2013, após conhecimento integral da Resolução CFC 1.409/12. O controle detalhado supracitado será contínuo enquanto houver a exigência normativa e/ou legal. **32 - Aprovação do conjunto das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas:** Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, e autorizadas para emissão e divulgação em 28/04/2017.

Raphael Ambrósio da Silva - Contador CRC 1SP292963/O-0

perfeita ordem e regularidade, e são de PARECER que sejam aprovados pela Assembléia Geral, na reunião ordinária anual as referidas **Contas e Balanço** apresentados, pelo que assinam. Lorena, SP, 29/03/2017.

Antonio Rodrigues; Fábio Alcântara Faria Renó; Adilson Tróglolo.

a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **10.** Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28/04/2017.

Paulo Cesar R. Peppe

Contador CRC-SP nº 1SP095009/O-5

Hélio Márcio Rodrigues Gomes

Contador CRC-SP nº 1SP195873/O-2

Descrição da conta	2016	2015
Água e esgoto	160.623,83	85.830,32
Luz	509.418,91	609.727,02
Limpeza	286.467,11	405.964,53
Drogas e Medicamentos	2.126.603,40	2.003.720,79
Gêneros Alimentícios	430.995,54	677.737,49
Material Consumo Hospitalar	1.292.473,90	1.211.425,43
Próteses	1.574.072,25	2.098.335,53
Gases	544.704,15	416.306,67
Material de Expedientes	196.355,88	203.234,18
Telefone	66.376,95	102.374,51
Manutenção e Concerto em Geral	115.387,62	195.335,83
Outras despesas	391.921,17	555.615,16
Total	7.695.400,71	8.565.607,46

29 - Atendimentos - SUS e Convênios: Durante o exercício de 2.016, de acordo com convênio firmado com Sistema Único de Saúde - SUS foram realizados atendimentos hospitalares e procedimentos ambulatoriais, em quantidade superior a 60% de capacidade instalada da Santa Casa de Lorena.

2016 **2015**

Quantidade **%** **Quantidade** **%**

SUS 25.504 75,32 % 25.355 78,02 %

Não SUS 8.357 24,68 % 7.144 21,98 %

Total **33.861** **100,00 %** **32.499** **100,00 %**

Fonte: Data SUS / Sistema Tabwin AIH, CIHA e SIA. Os Valores Não SUS de 2016 no CIHA estão acumulados até o mês de novembro/16.

2016 **2015**

Quantidade **%** **Quantidade** **%**

SUS 314.232 97,47 % 172.279 95,95 %

Convênios 8.170 2,53 % 7.270 4,05 %

Total **322.402** **100,00 %** **179.549** **100,00 %**

Fonte: Data SUS / Sistema Tabwin AIH, CIHA e SIA. Os Valores Não SUS de 2016 no CIHA estão acumulados até o mês de outubro/16. **30 - Isenção Previdenciária e Fiscal:** Os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas até 31/12/2016 correspondiam ao montante de R\$ 4.531.723,78 (R\$ 5.165.085,09 em 2015). Além da Cota Patronal, durante o exercício de 2016, a entidade gozou, ainda, do benefício de isenção de COFINS, que totalizou R\$ 1.356.939 (R\$ 1.429.256 em 2015), que não se encontra registrada contabilmente no período. **31 - Trabalho Voluntário:** Atendendo à Resolução CFC Nº 1.409, de 21/09/2012 aprovando a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desempenho financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa. Estes trabalhos são di-

monstração de Superávit, Mutações do Patrimônio e Fluxo de Caixa, encerrado em 31/12/2016, correspondente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2016, e demais documentos referentes às transações sociais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, acharam tudo em administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

5. A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como nos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **6.** Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgado, quando aplicável os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração tenha preferido liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **7.** Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** **8.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. **9.** Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

vididos em dois grupos, sendo eles: 1) Diretoria Executiva e 2) Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta por 8 membros sendo: a) Provedor; b) Vice-Provedor; c) 1º Secretário; d) 2º Secretário; e) 1º Tesoureiro; f) 2º Tesoureiro; g) 1º Procurador e h) 2º Procurador. E o Conselho Fiscal é composto por 3 Efetivos. A quantidade de horas dos trabalhos voluntários de cada grupo foi mensurada pelo critério de "horas presenciais" na sede da SANTA CASA. Para cada membro, tanto da Diretoria Executiva quanto do Conselho Fiscal foi utilizada uma taxa/hora, estas taxas foram multiplicadas pelo total de horas do ano. No quadro abaixo seguem informações da quantidade de voluntários, taxa/hora e quantidade de horas total por grupo e por membros da mesa administrativa.

Grupos /

Quantidade de Voluntários

Valor /

Total de

Total de

Membros: de Voluntários Hora (R\$) Horas 2015 Horas 2014

Diretoria Executiva:

Provedor 1 22,73 144 144

Vice-Provedor 1 22,73 144 144

1º Secretário 1 18,18 144 144

2º Secretário 1 13,64 144 144

1º Tesoureiro 1 18,18 144 144

2º Tesoureiro 1 13,64 144 144

1º Procurador 1 18,18 144 144

2º Procurador 1 13,64 144 144

Conselho Fiscal

Efetivos 3 13,64 216 216

O saldo da conta em 31 de dezembro está assim composto:

Diretoria Executiva:

Provedor 3.273 3.273

Vice-Provedor 3.273 3.273

1º Secretário 2.618 2.618

2º Secretário 1.964 1.964

1º Tesoureiro 2.618 2.618

2º Tesoureiro 1.964 1.964

1º Procurador 2.618 2.618

2º Procurador 1.964 1.964

Conselho Fiscal

Efetivos 2.944 2.944

Total **23.236** **23.236**

Todos os cálculos pertinentes ao exercício de 2016 foram feitos mediante planilha de controle detalhado adotada a partir de 01/01/2013, após conhecimento integral da Resolução CFC 1.409/12. O controle detalhado supracitado será contínuo enquanto houver a exigência normativa e/ou legal. **32 - Aprovação do conjunto das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas:** Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lorena, e autorizadas para emissão e divulgação em 28/04/2017.

Raphael Ambrósio da Silva - Contador CRC 1SP292963/O-0

perfeita ordem e regularidade, e são de PARECER que sejam aprovados pela Assembléia Geral, na reunião ordinária anual as referidas **Contas e Balanço** apresentados, pelo que assinam. Lorena, SP, 29/03/2017.

Antonio Rodrigues; Fábio Alcântara Faria Renó; Adilson Tróglolo.

a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **10.** Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28/04/2017.

Paulo Cesar R. Peppe

Contador CRC-SP nº 1SP095009/O-5

Hélio Márcio Rodrigues Gomes

Contador CRC-SP nº 1SP195873/O-2

BALATON EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 03.421.217/0001-63

Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais no Período de 31	
---	--